


## MOUSEION

Canoas, n. 46, 2025.

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.vi46.13245>**Identidade regional, turismo educativo e educação patrimonial:  
os planos municipais e o desenvolvimento regional**Milena Lehn<sup>1</sup>Paulo Roberto Saraiva<sup>2</sup>Daniel Luciano Gevehr<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo investiga a relação entre turismo, identidade regional e educação, destacando a escola como espaço privilegiado para a construção do sentimento de pertencimento e para a valorização cultural no Vale do Paranhana (RS). O objetivo é discutir o papel das instituições de ensino como espaços de salvaguarda da memória coletiva e da identidade local/regional, a partir da articulação entre turismo, educação e identidade cultural. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental dos Planos Municipais de Educação, Cultura e Turismo dos municípios da região. Busca-se identificar, nesses documentos oficiais, a presença de diretrizes e práticas educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural local/regional. Os resultados indicam a preocupação institucional em inserir a escola como espaço de promoção da identidade regional, estimulando o engajamento dos estudantes com a história, as tradições e os saberes locais.

**Palavras-chave:** Turismo. Educação. Cultura. Memória. Desenvolvimento Regional.

**Regional identity, educational tourism, and heritage education:  
municipal plans and regional development**

**Abstract:** This study investigates the relationship between tourism, regional identity, and education, highlighting the school as a privileged space for the construction of a sense of belonging and the appreciation of cultural heritage in the Vale do Paranhana (RS), Brazil. The objective is to discuss the role of educational institutions as spaces for safeguarding collective memory and local/regional identity, based on the articulation between tourism, education, and cultural identity. The research adopts a qualitative approach, grounded in a bibliographic review and documentary analysis of the Municipal Education, Culture, and Tourism Plans of the municipalities in the region. The study seeks to identify, in these official documents, the presence of guidelines and educational practices aimed at preserving local/regional cultural heritage. The results indicate institutional concern with positioning the school as a space for promoting regional identity, encouraging students' engagement with local history, traditions, and knowledge.

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR. Bolsista institucional. Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT -RS. Brasil. E-mail: [milena.lehn@sou.faccat.br](mailto:milena.lehn@sou.faccat.br). ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0648-2382>. CV: <https://lattes.cnpq.br/7646354753504410>.

2 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR. Bolsista institucional. Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT -RS. Brasil. E-mail: [paolosaraiva@sou.faccat.br](mailto:paolosaraiva@sou.faccat.br). ORCID <https://orcid.org/0009-0006-4824-6255>. CV: <https://lattes.cnpq.br/8567460788712865>.

3 Pós-doutorado em história pela PUCRS. Professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Faculdades Integradas de Taquara/FACCAT -RS. Brasil. E-mail: [danielgevehr@faccat.br](mailto:danielgevehr@faccat.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1815-4457>. CV: <https://lattes.cnpq.br/0120499154280445>.

**Keywords:** Tourism. Education. Culture. Memory. Regional Development.

## 1 Introdução

O tema do desenvolvimento regional – enquanto área do conhecimento e campo interdisciplinar de pesquisa – apresenta como objetivo fundamental a redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil, levou à criação de superintendências regionais a partir da década de 1950, no contexto do Estado desenvolvimentista brasileiro. No entanto, se observou que em grande parte, a expansão dessas políticas acabou por diluir seus efeitos.

Atualmente, essa abordagem – que discute estratégias de desenvolvimento regional – se concentra na análise das microrregiões sob a influência neoliberal, ainda enfrentando obstáculos para se integrar a uma perspectiva socioeconômica mais ampla, tema que vem sendo tratado por Programas de Pós-Graduação (Riedl, 2021). Criada nos anos de 1970 e dividida entre planejamento urbano e regional e demografia, a área 30 da CAPES denominada Planejamento Urbano, Regional e Demografia (PLURD), se constitui também, pela relevante característica da interdisciplinaridade reunindo docentes e discentes de diversas formações (Capes, 2019).

Nesta senda, o turismo, uma das principais facetas do desenvolvimento, exerce um papel essencial na valorização e na preservação do patrimônio cultural de uma região. Para além de sua função econômica, está profundamente vinculado à construção de identidade coletiva, reforçando o sentimento de pertencimento dos moradores e estimulando o reconhecimento da história e das tradições locais (Castro, 2009).

No âmbito educacional, a escola se configura como um espaço fundamental para a transmissão e a ressignificação destes valores, assegurando que as novas gerações compreendam e se apropriem da riqueza cultural ao seu redor (Iphan, 2013). A identidade regional não se constitui de forma isolada, ela resulta de uma construção histórica e social no qual o turismo pode atuar como catalisador. Por meio da interação entre moradores e visitantes, ocorre um intercâmbio de saberes e experiências que favorecem a valorização do patrimônio imaterial, como narrativas, festas populares, artesanato e manifestações artísticas locais (Albuquerque e Oliveira, 2020).

Ao incorporar estes elementos em seu currículo, a escola pode ampliar a consciência dos estudantes quanto à importância de preservar e fortalecer a identidade cultural da região, ou de seu próprio local, contribuindo para evitar descaracterização provocada pela globalização e pelo turismo de massa (Iphan, 2025).

Localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a região do Vale do Paranhana (VP) (Figura 1) se configura como uma Microrregião composta pelos municípios de Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas. Juntas, essas cidades somam uma população estimada de 193.403 habitantes, conforme dados do IBGE para o ano de 2024. A região é reconhecida por sua diversidade cultural, potencial turístico e relevância histórica (Los Santos, 2016). É neste contexto territorial que se busca compreender as possíveis potencialidades da articulação entre a educação local e a valorização da identidade turística regional, em prol do fortalecimento do sentimento de pertencimento e do desenvolvimento integrado.

**Figura 1.** Fluxograma do processo de seleção dos estudos na base de dados BVS, 2023.

Fonte: adaptado de SkyscraperCity.com, 2025.

Para alcançar esse objetivo, o estudo está estruturado em quatro seções principais. Primeiramente, a fundamentação teórica discute os conceitos de identidade regional, turismo educativo e educação patrimonial, fornecendo um embasamento sólido para a análise. Em seguida, a metodologia apresenta as estratégias adotadas para a coleta e análise de dados, permitindo uma compreensão detalhada da abordagem utilizada. A seção de resultados e discussão está pautada na análise dos planos municipais de turismo, cultura e educação dos seis municípios que compõem o Vale do Paranhana, com o objetivo de investigar se esses documentos dialogam entre si e de que forma interagem na promoção de objetivos que lhes são comuns, como o fortalecimento da identidade regional, o desenvolvimento do turismo educativo e a prática da educação patrimonial. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados e indicará possíveis desdobramentos para futuras pesquisas e políticas públicas voltadas à preservação cultural.

Desta forma, o estudo propõe uma análise integrada entre os campos da educação, cultura e turismo no contexto do Vale do Paranhana, buscando compreender em que medida os planos municipais destas áreas dialogam e convergem para a valorização da identidade e, conseqüentemente, do desenvolvimento regional. Ao articular fundamentos teóricos, procedimentos metodológicos evidências documentais, espera-se contribuir para a reflexão sobre as práticas educativas que promovam o pertencimento cultural e apontem caminhos para políticas públicas intersetoriais mais eficazes.

## 2 Revisão de Literatura

Nesta seção, são abordados os principais conceitos do referencial teórico, bem como assuntos relacionados ao tema: educação, turismo e educação patrimonial, fornecendo embasamento sólido para a análise dos Planos Municipais de Educação juntamente dos Planos de Turismo dos municípios pertencentes ao Vale do Paranhana/RS.

### 2.1 Turismo e educação

Ao pensarmos no turismo, comumente acabamos por associá-lo a atividade de lazer e a viagens cuja finalidade é conhecer novos lugares, como praia, parques e diversão. E de fato, abranger estes aspectos não está errado, mas, se faz necessário compreender de modo mais amplo essa atividade socioeconômica no seu repertório mais técnico (Serpa et al, p. 16). Ainda em sua obra, os autores relatam ser diversas as terminologias propostas, e por isso sugere valer-se da definição dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), órgão que possui amplos trabalhos e estudos. A OMT não faz uso da definição a palavra

turismo, mas sim o termo visitante, ou seja, “um visitante é um viajante que vai para uma localidade fora de seu entorno habitual, por menos de um ano, com o objetivo de praticar negócios, lazer ou propósitos pessoais, e que não envolva ser empregado por uma entidade fixada no país a ser visitado”. (OMT, 2008)

O Ministério do Turismo (MTUR) define turismo como “o conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu habitat natural por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outros” (Brasil, 2018 p.30). O turismo possui diferentes segmentos, como o turismo gastronômico, turismo de estudo, turismo religioso e dentre outros.

Serpa et al (2019, p. 26) reforçam o entendimento dos tipos de turismo: turismo emissivo que considera viagens à trabalho; o turismo doméstico cuja organização é pelo próprio turista, e, o turismo social cujas viagens são apoiadas por organizações sociais ou pelo governo. Além dos tipos de turismo, temos os diferentes segmentos dentro das atividades turísticas, sendo apresentadas neste artigo as que melhor se aproximam do objeto de estudo:

Turismo social: é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão. [...]

Turismo cultural: compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. [...]

Turismo de estudos e intercâmbio: constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional. (SERPA et al, p. 36 – 38, 2019).

Estas três faces que existem dentro do segmento turístico podem ser entendidas como capazes de despertarem o interesse das pessoas por acontecimentos históricos, apreciação de monumentos, visitas a museus, a igrejas antigas, entre outros patrimônios culturais.

Na perspectiva do estudo das dimensões sociais, os autores Ruschmann e Tomelin (2013) afirmam que a paisagem é fundamental no processo de educação. Tomam em sua obra que a educação contemporânea com enfoque na construção social do sujeito crítico, a prática do lazer e do turismo podem vir a ser uma alternativa viável, já que “a prática do turismo pode proporcionar a interação do indivíduo com o ambiente por meio da vivência de uma experiência aprazível e lúdica” (Ruschmann e Tomelin, p. 192, 2013).

O atual documento norteador das práticas educacionais do setor de educação pública é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no ano de 2018 pelo Ministério da Educação (MEC) estabelecendo diretrizes para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio orientando as escolas na elaboração dos seus currículos.

Na etapa que compreende o atendimento da educação básica I (o ensino fundamental) é possível reconhecer a necessidade de abordar os conteúdos programados relacionados à língua portuguesa e demais áreas do conhecimento: matemática, ciências da natureza, ciências humanas, como também, a incorporação de habilidades previstas para a promoção de temas transversais como a educação ambiental e noções de saúde: estes entendimentos são essenciais para que as crianças desenvolvam noções de cidadania desde cedo (Brasil, 2018).

Nesse sentido compreende-se que ao possibilitar que os alunos se envolvam ativamente na construção do conhecimento, eles se tornam sujeitos críticos capazes de questionar, analisar e avaliar o que estão vivenciando, de maneira que possam de maneira imersiva explorar o contexto cultural e histórico.

## 2.2 Educação patrimonial

Sabe-se que a prática do turismo desempenha um papel importante na vida dos moradores de uma determinada região, devido às oportunidades de crescimento e de desenvolvimento local e atividades econômicas. Nesse contexto, outro ponto que vem à tona é a preservação cultural, orgulho e identidade de pertencer àquele espaço, uma vez que “*os lugares de memória se tornam, assim, referências simbólicas fundamentais para a constituição das identidades sociais*” (GEVEHR, 2016, p. 951), aproximando a comunidade dos lugares que fazem parte de seu cotidiano e dão significado aos seus bens culturais dos espaços locais/regionais (GEVEHR; FETTER, 2017).

Nesse sentido se faz importante entender como a educação patrimonial – compreendida como uma importante estratégia de valorização dos *lugares de memória* (GEVEHR, 2016) contribui para a construção de cidadania, justamente por ser uma prática onde o aluno desempenha papel ativo na construção da aprendizagem. Segundo Horta et al (1999) o conceito de educação patrimonial é:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta et al, 1999, p. 6).

Além do exposto, o papel da educação patrimonial é integrar as percepções dos espaços culturais pela comunidade, tornando-se um dos subsídios do desenvolvimento cultural. Os chamados “temas transversais” propostos pelo MEC são uma excelente proposta das autoridades nacionais. Na Base Nacional Comum Curricular, mais precisamente nas habilidades previstas dentro da área de Artes está prevista a seguinte habilidade:

(EF69AR34) Analisar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo suas matrizes indígenas, africanas e europeias, de diferentes épocas, e favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas (BNCC, s. p. 2018).

Faz-se necessário uma educação focada na realidade das comunidades escolares do Vale do Paranhana, deste modo, exigindo a identificação e a valorização de elementos que interferem diretamente no ambiente da escola. No entanto, vale ressaltar que a BNCC é um documento norteador que estabelece as diretrizes gerais de aprendizado, que cabe à escola e o corpo docente adaptar e contextualizar os processos de aprendizagem, de acordo com o perfil da comunidade escolar: “*Afinal, a educação patrimonial, assim como todo trabalho pedagógico, deve ser compreendida como um processo gradativo e amplo [...]*” (GEVEHR; DILLY, 2015, p. 19).

Sob este prisma, o processo de educação patrimonial deve pensar atividades práticas que investiguem a maneira como os indivíduos concebem a atividade turística, como interagem com o espaço, corroborando

com Teixeira e Xavier (2023), que argumentam que os planos locais de cultura representam instrumentos fundamentais para a estruturação e fortalecimento de políticas locais nos municípios, pois ampliam as possibilidades de acesso a recursos e fomentos específicos para o setor.

De acordo com Gevehr (2016, p.949) a educação patrimonial deve “explorar esse universo de materialidade simbólica presente nos lugares de memória, que são também parte do patrimônio cultural” contribuindo para que os alunos – no contexto da escola – consigam exercitar sua capacidade crítica, reconhecendo, por exemplo, “que os nomes de ruas e avenidas não são atemporais e desprovidos de ideologias.”

A semelhança do Plano Nacional de Cultura (PNC) – previsto no artigo 215 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº. 12.343/2010, define que “os planos municipais devem orientar a atuação do poder público na formulação de diretrizes voltadas à valorização, promoção, reconhecimento e preservação da diversidade cultural existente em seus territórios” (BRASIL, s. p., 2010). Seguindo este propósito, percebe-se a urgência análise das propostas elencadas nos Planos Municipais de Educação, juntamente dos Planos de Turismo elaborados por cada um dos municípios pertencentes à este estudo.

### 3 Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com foco na análise documental como estratégia central para coleta e interpretação dos dados. Esta escolha metodológica se justifica pelo objetivo do estudo, que consiste em investigar a existência de diálogo e articulação entre os Planos Municipais de Educação, Cultura e Turismo dos municípios que compõem a região do Vale do Paranhana, no Rio Grande do Sul, visando compreender em que medida essas políticas públicas convergem para a promoção da identidade regional, do turismo educativo e da educação patrimonial.

O corpus documental da pesquisa é constituído pelos Planos Municipais de Educação (PMEs), Planos Municipais de Cultura (PMCs) e Planos Municipais de Turismo (PMTs) dos seis municípios da microrregião do Vale do Paranhana, a saber: Igrejinha, Parobé, Taquara, Três Coroas, Riozinho e Rolante. Os documentos foram obtidos diretamente nos sítios eletrônicos oficiais das prefeituras municipais, acessíveis ao público, respeitando os critérios de transparência e disponibilidade das informações. Após sua coleta, os planos foram organizados em arquivos digitais e armazenados em repositório próprio dos autores para fins de leitura e análise sistematizada.

A etapa seguinte consistiu na leitura integral dos documentos com especial atenção a identificação de intersecções entre os temas centrais do estudo: identidade regional e turismo educativo e educação patrimonial. Para isso, foi adotado um procedimento de leitura analítica, pelo meio do qual buscou-se identificar pontos de convergência entre os planos bem como menções explícitas e implícitas a conceitos relacionados.

De forma mais objetiva e quantificável realizou-se a contagem das ocorrências específicas das palavras-chave que indicam possíveis articulações entre as áreas. No Plano Municipal de Educação foram contabilizadas todas as menções aos termos turismo e cultura; no Plano Municipal de Cultura registraram-se as ocorrências das palavras educação e turismo; e, por fim, no Plano Municipal de Turismo, computaram-se as referências aos termos educação e cultura. Também foram, em todos os casos, analisadas possíveis

variações das palavras turismo, cultura e educação, como turistas, turista, cultural, culturais, culturas, educacionais, educador, educacional, educadores, educandos, educativas, educativos. Essa contagem foi sistematizada em uma tabela comparativa com intuito de oferecer uma visão quantitativa das possíveis interações entre os planos setoriais.

No entanto, cientes das limitações de uma abordagem exclusivamente quantitativa, a análise também se concentrou na interpretação do contexto e do sentido em que essas palavras aparecem nos documentos. Procurou-se compreender não apenas a frequência, mas também a intencionalidade e profundidade com que os conceitos são abordados, a fim de avaliar se há, de fato, um alinhamento entre os planos no que diz respeito aos objetivos do presente estudo. Esse cruzamento entre o dado empírico e a base teórica adotada permitirá uma reflexão crítica sobre o grau de integração entre as políticas públicas analisadas e seu potencial para fomentar práticas voltadas à valorização da identidade regional por meio da educação e do turismo.

#### 4 Resultados e discussão

O percurso desta pesquisa se ateve na investigação dos Planos Municipais de Educação, Turismo e Cultura dos seis municípios integrantes da Região do Vale do Paranhana. A análise também considerou o ano de instituição legal de cada Plano Municipal, com o intuito de compreender o contexto temporal em que essas políticas foram formuladas e implementadas. A promulgação por meio de leis municipais, ou Decretos do Poder Executivo, confere legitimidade e diretrizes formais aos planos, sendo um indicativo relevante para avaliar sua atualidade, vigência e potencial de articulação intersetorial. A seguir, apresenta-se uma tabela síntese (Tabela 1), com a identificação de cada plano, o ano de sua instituição legal e outras informações relevantes que contextualizam sua elaboração e escopo.

**Tabela 1. Planos Municipais de Educação.**

<b>Município</b>	<b>Plano Municipal de Educação</b>	<b>Plano Municipal de Cultura</b>	<b>Plano Municipal de Turism</b>
Igrejinha	2015	2025	Não possui
Parobé	2015	2023	Não possui
Riozinho	2015	2025	Não possui
Rolante	2015	2017	2019
Taquara	2015	2022	2022
Três Coroas	2015	2025	2025

Fonte: Elaborados pelos autores, 2025.

Observa-se um dado particularmente relevante: todos os municípios que compõem o Vale do Paranhana possuem Planos Municipais de Educação vigentes, sendo que todos foram aprovados no ano de 2015. Tal convergência temporal está diretamente relacionada à exigência estabelecida pela Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Esta legislação determinou que Estados, o Distrito Federal e todos os Municípios elaborassem o adequassem seus respectivos planos de educação no prazo máximo de 01 ano a partir da promulgação da referida lei (Brasil, 2014). Neste contexto, a região do Vale do Paranhana em consonância com a normativa federal cumpriu o prazo legal e aprovou seus planos no exercício de 2015, demonstrando o alinhamento às diretrizes nacionais de planejamento educacional.

Um segundo aspecto a ser considerado refere-se à vigência dos Planos Municipais de Cultura. Com

exceção do Município de Rolante, que institui o seu plano em 2017, os demais municípios do Vale do Paranhana possuem documentos com, no máximo, 03 anos de vigência inicial. Destaca-se, ainda, que três dos seis municípios analisados promulgaram suas respectivas Leis de criação do plano no ano de 2025, conferindo aos documentos um caráter de atualidade. A recente atualização dos planos em parte significativa dos municípios do Vale do Paranhana revela não apenas uma adequação normativa, mas também uma oportunidade estratégica para o fortalecimento da gestão cultural local.

No que diz respeito aos Planos Municipais de Turismo, a análise revelou que, dos seis municípios que compõem a microrregião, três ainda não possuem planos formalmente instituídos. Apesar desta lacuna, observa-se que, entre os municípios que já implementaram seus planos, os documentos apresentam vigência relativamente recente. O plano mais antigo é o do município de Rolante, datado de 2019, enquanto o mais recente é o de Três Coroas, instituído em 2025. Essa atualização evidencia um movimento crescente - ainda que não uniforme - institucionalização do planejamento turístico na região, o que pode indicar maior sensibilidade, por parte dos gestores públicos, a importância do turismo como vetor de desenvolvimento local e de valorização das identidades regionais.

Na sequência da análise, a pesquisa buscou verificar as vezes em que as palavras *Turismo e Cultura* - ou suas variáveis como Culturais, Culturas e Cultural - aparecem dentro do Plano Municipal de Educação de cada cidade, a fim de apurar suas conexões e potencialidades estratégicas. Na tabela a seguir (Tabela 2) representamos graficamente a verificação das ocorrências.

**Tabela 2.** Presença de *Turismo* nos Planos Municipais de Educação.

<b>Município</b>	<b>Cultura e suas variáveis</b>	<b>Turismo e suas variáveis</b>
Igrejinha	24	Zero
Parobé	Plano não disponível	Plano não disponível
Riozinho	34	1
Rolante	15	Zero
Taquara	88	Zero
Três Coroas	27	Zero

Fonte: Elaborados pelos autores, 2025.

Como pode-se observar na síntese apresentada na Tabela 2, a presença da palavra cultura e de suas variações apresenta variações significativas entre os planos municipais de educação analisados. O município de Taquara, entretanto, destaca-se nesse aspecto com 88 ocorrências registradas ao longo do documento. Essa expressiva incidência, contudo, se deve em grande parte ao fato de que o nome da Secretaria Municipal responsável inclui também as áreas de cultura e do esporte - *Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes*. Se considerarmos as menções que se referem exclusivamente à nomenclatura da Secretaria, ainda assim são contabilizadas 49 ocorrências da palavra cultura e suas variações e empregadas em diferentes contextos e propósitos ao longo do plano.

De modo geral, observa-se que a presença da palavra cultura nos planos municipais de educação entende-se articular a valorização da dimensão cultural como parte integrante dos processos pedagógicos

e educacionais. Essa perspectiva pode ser exemplificada por trechos retirados dos planos municipais de educação de Taquara, Rolante e Três Coroas como se apresenta a seguir, respectivamente:

[...] estimular a criação **cultural** e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento [...] (Taquara, 2015, p. 74).

[...] A Inclusão Educacional de pessoas com deficiência atende ao princípio da flexibilização para que o acesso ao currículo seja adequado às condições dos alunos, respeitando seu caminho próprio, favorecendo seu progresso escolar, complementando-se quando necessário, com atividades que possibilitem ao aluno com deficiência ter acesso ao ensino, à **cultura**, ao exercício da cidadania e a inserção social com qualidade [...] (Rolante, 2015, p. 19).

[...] Estimular a diversidade curricular [...] estabelecendo inter-relações [...] nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da **cultura** e cidadania, de forma a organizar [...] às características desses alunos e alunas [...] (Três Coroas, 2015, p. 37).

Um dado que merece destaque diz respeito ao município de Riozinho único entre os analisados em que a palavra *turismo* foi localizada no Plano Municipal de Educação – ainda assim, em apenas uma ocorrência. Essa menção, no entanto, aparece em um trecho específico do documento que apresenta um breve histórico do município, no qual se afirma que “o *principal ponto turístico da cidade é a Cascata do Chuvisqueiro*”. Tal ocorrência portanto não revela uma articulação entre a temática do turismo e os objetivos educacionais do plano, mas apenas uma referência contextual ao município. Isso nos leva à constatação de que, na prática, nenhum dos planos municipais de educação dos municípios do Vale do Paranhana estabelece vínculos entre a dimensão turística e o campo educacional.

Por fim, cabe registrar que no tocante ao município de Parobé, o respectivo plano municipal de educação não se encontra publicamente disponibilizado nos meios eletrônicos até o momento do encerramento desta etapa de pesquisa. Por outro lado, todos os municípios que compõem o VP disponibilizam seus respectivos Planos Municipais de Cultura. No entanto, conforme evidenciado na tabela-síntese (Tabela 3) referente à presença das palavras turismo e educação, ou de suas variações, nesses documentos, observa-se que o município de Riozinho não faz qualquer menção a essas temáticas ao longo de seu plano. Tal ausência revela uma desconexão – ao menos do ponto de vista formal – entre as políticas culturais do município e as áreas do turismo e da educação, indicando a inexistência de articulações explícitas entre as dimensões nas diretrizes culturais local.

**Tabela 3.** Presença de *Turismo e Educação* nos Planos Municipais de Cultura.

Município	Turismo e suas variáveis	Turismo e suas variáveis
Igrejinha	16	33
Parobé	8	17
Riozinho	Zero	Zero
Rolante	4	7
Taquara	3	25
Três Coroas	36	61

Fonte: Elaborados pelos autores, 2025.

Quando o tema da *educação* é tratado nos Planos Municipais de Cultura, observa-se uma tentativa clara de articular a promoção da cultura no contexto educacional. No caso do município de Três Coroas, com um dos mais recentes planos, esta intenção se manifesta de forma explícita: o plano reafirma o compromisso em fazer cumprir, no âmbito local, o que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), ao reconhecer que os setores da cultura devem compor o currículo escolar como componentes formativos (Três Coroas, 2025, p. 86).

Ademais, os planos de Igrejinha e Parobé, por exemplo, também evidenciam a necessidade de estabelecer articulações entre as políticas culturais e os setores da educação. Essa perspectiva pode ser observada nos seguintes trechos:

[...] O Plano é integrado ao planejamento municipal Políticas culturais são marcadas pela transversalidade e se posicionam como qualificadoras do desenvolvimento. Assim, o Plano Municipal de Cultura dialoga com outras áreas de atuação municipal como **Educação**, Assistência Social, Agricultura e Turismo [...] (Igrejinha, 2025, p. 30).

[...] A inserção curricular da **educação** patrimonial nas escolas com a incorporação de novas metodologias e produção de materiais de apoio, identificando e diferenciando os patrimônios culturais, reconhecer os fatos históricos ou as práticas sociais que dão significado ao patrimônio cultural, identificados na localidade e também conscientizar os **educandos** de toda a Rede Municipal sobre a importância da preservação da memória e patrimônio cultural do município [...] (Parobé, 2023, p. 23).

Da mesma forma, ao avançarmos na análise, torna-se relevante observar que os PMCs, embora com uma menor presença gráfica, também reconhecem e incorporam a dimensão turística em suas diretrizes, considerando o potencial que o turismo cultural representa para o desenvolvimento regional.

Em Igrejinha, o PMC reconhece que o turismo está intimamente ligado à economia criativa da cultura, e que, juntas, essas dimensões constituem pilares em levantes para o fortalecimento da economia local (Igrejinha, 2025, p. 12). De forma semelhante, Três Coroas explícita, em seu plano, a importância de fomentar práticas voltadas ao turismo acessível, evidenciando uma preocupação com a inclusão nesse campo (Três Coroas, 2025, p. 43). Parobé, na mesma direção, destaca a necessidade de promover o patrimônio, bem como as diversidades étnicas e culturais do município, com vistas a incentivar o turismo cultural (Parobé, 2023, p. 16).

Taquara, embora reconheça sua localização estratégica próxima a cidades de forte apelo turístico, como Gramado e canela, e mencione seu próprio potencial turístico - baseado, entre outros aspectos, em seu patrimônio arquitetônico e atrativos históricos (Taquara, 2022, p. 4), não apresenta, em seu plano, diretrizes mais concretas ou estratégias estruturadas voltadas ao desenvolvimento do turismo cultural. Inclusive, das três ocorrências da palavra turismo localizadas no texto, duas são referências bibliográficas (Taquara, 2022, p. 16).

De fato, observa-se que a dimensão do turismo ainda é pouco provocada nos PMCs, surgindo de maneira tímida e, em geral, com menções pontuais sem constituir um eixo estruturante das políticas culturais locais. Essa limitação torna-se ainda mais perceptível quando se considera que, entre os 6 municípios do Vale do Paranhana, apenas 3 – Rolante Taquara e Três Coroas – possuem Planos Municipais de Turismo formalmente instituídos.

Diante disso, a pesquisa também analisou os 3 planos municipais de turismo disponíveis, com o objetivo de verificar a presença das palavras cultura e educação, ou de suas variações, buscando compreender em que medida tais documentos dialogam com outras áreas estratégicas do desenvolvimento local. A síntese segue na Tabela 4.

**Tabela 4.** Presença de *Cultura e Educação* nos Planos Municipais de Cultura.

<b>Município</b>	<b>Cultura e suas variáveis</b>	<b>Educação e suas variáveis</b>
Igrejinha	Não Possui Plano Municipal	Não Possui Plano Municipal
Parobé	Não Possui Plano Municipal	Não Possui Plano Municipal
Riozinho	Não Possui Plano Municipal	Não Possui Plano Municipal
Rolante	68	7
Taquara	29	8
Três Coroas	42	2

Fonte: Elaborados pelos autores, 2025.

Aprofundada a análise, constatou-se que o plano municipal de turismo do município de Rolante destaca que aspectos culturais ligados à etnia de seus colonizadores constituem, de fato, símbolos e materiais da identidade cultural rolantense (Rolante, 2019, p. 38). Já na abertura do documento o plano afirma de maneira categórica: “O município de Rolante tem se destacado no cenário turístico regional por conta das ações desenvolvidas em prol do crescimento do setor como alternativa econômica e social e de valorização dos aspectos culturais e ambientais.” (Rolante, 2019, p. 4).

Esta afirmação demonstra que o município reconhece o turismo não apenas como vetor de desenvolvimento econômico e social, mas também como instrumento estratégico de preservação e valorização cultural. A articulação entre turismo e cultura, portanto, está presente desde a fundação do plano, revelando uma compreensão ampliada do papel nos do setor na promoção da identidade local.

O PMT de Rolante também apresenta uma referência clara ao envolvimento do setor educacional com atividade turística local ponto o documento destaca de forma positiva a atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Rolante, que, em 2018, ofertou o curso de agentes de informações turísticas, com o objetivo de qualificar a mão de obra do setor turístico no município. A iniciativa disponibilizou 25 vagas, evidenciando um esforço pontual de integração entre a educação profissional e o desenvolvimento do turismo (Rolante, 2019, p.30).

Além disso, o plano estabelece como meta tornar o município referência em educação empreendedora e cooperativa até o ano de 2030, com intuito de formar cidadãos aptos a atuarem, inclusive, no setor turístico de maneira mais autônoma e inovadora. Neste contexto, melhorar os indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e fortalecer parcerias públicas privadas são apresentados como caminhos para viabilizar esse avanço (Rolante, 2019, pp. 31-32). Embora essas intenções estejam expressas, observa-se a ausência de uma estratégia formal e articulada que aponte de modo claro, como a educação será mobilizada para impulsionar o empreendedorismo turístico no município.

O Plano Municipal de Turismo de Taquara destaca que o município se consolida como um polo educacional na região, o que representa um potencial significativo para articular a educação e turismo (Taquara, 2022, p. 31). O documento reconhece, inclusive a possibilidade de desenvolver o turismo ecológico e ambiental em associação com o setor educacional – uma oportunidade que segundo o próprio plano ainda não vem sendo devidamente explorada (p. 42). Contudo, apesar dessas referências, o plano não explicita de que forma essas metas e potenciais serão operacionalizados em ações conjuntas entre os setores de educação e turismo. Assim, embora o diagnóstico aponte caminhos promissores, ainda não há no documento uma estratégia formal que estabeleça essa articulação de maneira estruturada.

Por outro lado, Três Coroas, que apresenta a menor incidência da dimensão educacional em seu Plano Municipal de Turismo, com apenas 2 ocorrências identificadas, revela certa precisão conceitual. O plano reconhece a infraestrutura e a educação patrimonial e cultural e natural como um dos valores do município vinculando esses elementos a identidade local (Três Coroas, 2025, p. 24). Além disso, propõe, como um de seus eixos de ação, o desenvolvimento do turismo pedagógico, entendido como as atividades turísticas vinculadas à viagens técnicas com finalidade educacional – sejam elas de cunho ambiental ou cultural. Segundo o documento, instituições de ensino já vêm incorporando essas práticas a integração dos conteúdos curriculares, especialmente por meio de projetos multidisciplinares (Ibidem, p. 19).

Ainda sob a ótica de Três Coroas, o plano municipal de turismo valoriza explicitamente a dimensão cultural como elemento central da identidade turística local. O documento afirma que o turismo praticado no município privilegia a rica e diversa cultura local (Três Coroas, 2025, p. 14). A cultura é tratada de maneira destacada dentro do plano: aparece inicialmente como um subitem da sessão dedicada aos “pontos fortes/potencialidades” (Ibidem, p. 26), e, posteriormente, é retomada como um dos fundamentos centrais do turismo no município (Ibidem, p. 28).

O plano também reconhece a presença do maior Templo Budista da América do sul, sediado no município, como um dos elementos que conferem singularidade ao território, por meio da vivência da cultura tibetana (Ibidem, p. 15). Além disto, identifica uma demanda potencial para o turismo cultural, que abrange a vivência e o consumo de expressões locais, como manifestações populares, museus, artesanato e gastronomia (Ibidem, p. 18). Apesar desse reconhecimento, o plano admite a necessidade de ampliar recursos destinados à área cultural com o objetivo de garantir maior regularidade e sustentabilidade aos eventos culturais promovidos no município (Ibidem, p. 30).

Por fim, o Plano Municipal de turismo do município de Rolante também pode ser compreendido em grande medida como um plano de desenvolvimento cultural. Logo em sua apresentação, o texto posicionou o município como um cenário turístico regional, cuja identidade está profundamente ancorada na valorização de seus aspectos culturais (Rolante, 2019, p. 4). O plano destaca diversos elementos da cultura local – tanto material quanto imaterial – como responsáveis por atrair visitantes, entre os quais se incluem a tradicional cuca de Rolante; a estátua em homenagem ao músico e cineasta Victor Mateus Teixeira, o Teixeira, Ícone da cultura gaúcha; além do moinho Sohne, um dos mais antigos moinhos de Pedra ainda em funcionamento no estado do Rio Grande do Sul.

Também são mencionados outros marcos culturais, como a Igreja Imaculada Conceição e a casa paroquial, ambos prédios históricos; bem como outros eventos significativos, como a Festa da Cuca, o Rodeio Crioulo Internacional e o Festival de Teatro do Vale do Paranhana. Ao enfatizar como estratégia turística a valorização da herança cultural local, o plano reforça a compreensão de que, em Rolante, turismo e cultura não são apenas dimensões complementares, mas sim entrelaçadas de forma estrutural.

## 5 Considerações finais

A análise dos Planos Municipais de Educação, Cultura e Turismo dos municípios da região do Vale do Paranhana mostrou um panorama multifacetado sobre como as dimensões da educação, da cultura e do turismo são (ou não) articuladas ao planejamento público local. Verifica-se importantes avanços no campo da normatização e planejamento destas políticas, ainda que em níveis distintos de desenvolvimento e articulação entre os municípios e, principalmente, entre os setores das próprias administrações locais.

A promulgação de Planos Municipais de Cultura em metade dos municípios em 2025, por exemplo, aponta um esforço contemporâneo de alinhamento com as demandas culturais atuais. Tal atualização representa uma janela de oportunidade para fortalecimento institucional da cultura local, pois amplia o acesso a recursos e programas federais e estaduais, ao mesmo tempo que estimula a criação de políticas mais sensíveis a especificidades territoriais.

De forma semelhante os planos de turismo ainda não são universalizados na região, demonstram uma crescente valorização do planejamento turístico como vetor de desenvolvimento. Apesar de desigual, esse avanço normativo revela uma sensível mudança na percepção dos gestores públicos quanto ao potencial do turismo – não apenas como atividade econômica, mas como elemento articulador da identidade e da sustentabilidade locais.

Contudo, mesmo diante desses avanços, a análise dos conteúdos dos planos revela que a articulação entre cultura, educação e turismo ainda aparece de maneira tímida muito às vezes pontual, e com baixa densidade estratégica. A integração entre essas dimensões – essencial para promover um desenvolvimento territorial verdadeiramente integrado – ainda carece de maior amadurecimento conceitual e prático. Nos casos mais estruturados, como o município de Três Coroas, percebe-se uma aplicação mais direta e consciente da educação patrimonial e do turismo pedagógico como estratégias de formação cidadã e de valorização da identidade local. Por outro lado, em muitos municípios, essas conexões permanecem fragilizadas ou mesmo ausentes.

Ao se observarem os Planos de Cultura, constata-se que o turismo é mencionado de forma esporádica, sem que haja um vínculo claro entre as ações culturais e as potencialidades turísticas do território. Tal ausência compromete a criação de circuitos sustentáveis de desenvolvimento, nos quais a educação possa atuar como uma espécie de mediadora entre o patrimônio cultural e a experiência turística. A ausência ou fragilidade desses vínculos significa, na prática, a perda de oportunidades para consolidar políticas públicas que impulsionem o crescimento local e regional a partir de suas vocações endógenas.

O desenvolvimento local e regional depende, cada vez mais, da capacidade de articular políticas públicas que dialoguem entre si, promovendo não apenas a valorização simbólica dos territórios, mas também a geração de oportunidades, pertencimento e cidadania. Contudo, a insuficiência de estratégias articuladas entre os setores analisados limita o impacto potencial desses planos como instrumentos de transformação territorial.

Desta forma, o presente estudo evidencia que, enquanto alguns municípios demonstram potencial efetivo de integração entre educação, cultura e turismo, outros ainda se encontram em estágios iniciais desta articulação. O fortalecimento dessas conexões representa, simultaneamente, um desafio e uma grande oportunidade para o Vale do Paranhana consolidar o modelo de desenvolvimento sustentável, fundamentado nas suas identidades locais e regionais.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Mariene Cavalcante Borba de; OLIVEIRA, Samir Adamoglu de. A construção social da identidade turística: uma visão do institucionalismo organizacional. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 435–454, 2020. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i3p435-454. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/172371>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm). Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Dispõe sobre a criação do Plano Nacional de Educação. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de Área: Planejamento Urbano e Regional e Demografia*. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/PlanejamentoUrbanoRegionalFicha2025.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- CASTRO, Claudiana Y. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. In: *Seminário de Turismo da Universidade de Caxias do Sul (GT5)*. [S. l.], s. d. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt5-a-importancia.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- DE LOS SANTOS, Aline Gentil dos Santos. A experiência como segmento do turismo: relatos sobre o Vale das Experiências/RS. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1–30, 2016. DOI: 10.17648/raoit.v10n2.4202. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/raoit/article/view/4202>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- GEVEHR, Daniel Luciano; FETTER, Shirlei Alexandra. Lugares de memória e educação patrimonial: a formação do professor de História no contexto regional. In: *Anais...*, [S. l.], 2017. p. 50–54. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16246>. Acesso em: 12 dez. 2025.
- GEVEHR, Daniel Luciano; DILLY, Gabriela. A educação patrimonial no contexto regional: reflexões sobre o patrimônio na perspectiva contemporânea. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 10–23, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/agora/article/download/6674/4832>. Acesso em: 20 nov. 2025.

GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 67, p. 945–962, out. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216748>. Acesso em: 10 dez. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriana Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Educação patrimonial: educação, memórias e identidades*. Organização de Átila Bezerra Tolentino. João Pessoa: Iphan, 2013. 108 p. (Caderno Temático; 3).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1028>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE IGREJINHA. *Plano Municipal de Cultura*. Igrejinha, RS, 2025. Instituído pela Lei Municipal nº 5.758, de 14 abr. 2025. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7565&cdDiploma=202505758>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE IGREJINHA. *Plano Municipal de Educação*. Igrejinha, RS, 2015. Instituído pela Lei Municipal nº 4.741, de 11 jun. 2015. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7565&cdDiploma=20154741>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE PAROBÉ. *Plano Municipal de Cultura*. Parobé, RS, 2023. Instituído pela Lei Municipal nº 4.163, de 12 maio 2023. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7732&cdDiploma=20234163>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE PAROBÉ. *Plano Municipal de Educação*. Parobé, RS, 2015. Instituído pela Lei Municipal nº 3.609, de 19 jun. 2015. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7732&cdDiploma=20153609>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE RIOZINHO. *Plano Municipal de Cultura*. Riozinho, RS, 2025. Instituído pela Lei Municipal nº 1.805, de 13 maio 2025. Disponível em: <https://cespro.com.br/pesquisaLegislacao.php?cdMunicipio=7826>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE RIOZINHO. *Plano Municipal de Educação*. Riozinho, RS, 2015. Instituído pela Lei Municipal nº 1.309, de 23 jun. 2015. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7826&cdDiploma=1309>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE ROLANTE. *Plano Municipal de Cultura*. Rolante, RS, 2017. Instituído pela Lei Municipal nº 4.064, de 16 ago. 2017. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7830&cdDiploma=20174064>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE ROLANTE. *Plano Municipal de Educação*. Rolante, RS, 2015. Instituído pela Lei Municipal nº 3.688, de 9 jun. 2015. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7830&cdDiploma=20153688>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE ROLANTE. *Plano Municipal de Turismo*. Rolante, RS, 2017. Instituído pela Lei Municipal nº 4.064, de 16 ago. 2017. Disponível em: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7830&cdDiploma=20174064>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE TAQUARA. *Plano Municipal de Cultura*. Taquara, RS, 2022. Instituído pela Lei Municipal nº 6.679, de 1º set. 2022. Disponível em: <https://www.camarataquara.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/17722>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE TAQUARA. *Plano Municipal de Educação*. Taquara, RS, 2015. Instituído pela Lei Municipal nº 5.710, de 11 jun. 2015. Disponível em: <https://www.camarataquara.rs.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/2/0/5677>.

Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE TAQUARA. *Plano Municipal de Turismo*. Taquara, RS, 2022. Instituído pela Lei Municipal nº 6.608, de 5 maio 2022. Disponível em: <https://www.camarataquara.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/2022/5/0/16336>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS COROAS. *Plano Municipal de Cultura*. Três Coroas, RS, 2025. Instituído pela Lei Municipal nº 4.694, de 2 jun. 2025. Disponível em: <https://www.trescoroas.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8013&cdDiploma=20254694>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS COROAS. *Plano Municipal de Educação*. Três Coroas, RS, 2015. Instituído pela Lei Municipal nº 3.517, de 23 jun. 2015. Disponível em: <https://www.trescoroas.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8013&cdDiploma=20153517>. Acesso em: 1 jul. 2025.

MUNICÍPIO DE TRÊS COROAS. *Plano Municipal de Turismo*. Três Coroas, RS, 2025. Instituído pela Lei Municipal nº 4.697, de 20 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8013&cdDiploma=20254697>. Acesso em: 1 jul. 2025.

RIEDL, Mario. Desenvolvimento regional. In: *Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos*. p. 228–229.

RUSCHMANN, Doris Van de M.; TOMELIN, Carlos Alberto. *Turismo, ensino e práticas interdisciplinares*. Barueri, SP: Manole, 2013. E-book. ISBN 978-85-204-4904-2. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520449042>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SERPA, Esmeralda M.; ANGELI, Ana Carolina B.; DIAS, Douglas A.; COPIANO, Guilherme A. *Turismo, patrimônio e regionalização*. Rio de Janeiro: Érica, 2019. E-book. ISBN 978-85-365-3144-1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536531441>. Acesso em: 29 jul. 2025.